



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER FAVORÁVEL Nº 876/2021

REFERÊNCIA: INDICAÇÃO LEGISLATIVA - PROCESSO N. 6328/2021

RELATOR: YURI MOURA

Ementa: Indica ao executivo municipal o envio de projeto de lei a esta casa legislativa que dispõe sobre a instalação de sistema de coleta para captação e armazenamento de água da chuva para fins não potáveis nas escolas integrantes da rede pública no âmbito do município de Petrópolis

I - INTRODUÇÃO

Trata-se de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação acerca da indicação legislativa de autoria do Ilmo. senhor vereador Gil magno que Indica ao executivo municipal o envio de projeto de lei a esta casa legislativa que dispõe sobre a instalação de sistema de coleta para captação e armazenamento de água da chuva para fins não potáveis nas escolas integrantes da rede pública no âmbito do município de Petrópolis.

O autor propõe a seguinte redação para o projeto:

Art. 1º Esta Lei institui o programa municipal de captação, armazenamento e aproveitamento de águas pluviais para fins não potáveis, com a finalidade de melhor aproveitar e fomentar o uso racional das águas no município de Petrópolis, promovendo a sustentabilidade e instituindo medidas que induzam à conservação do recurso hídrico, bem como a conscientização dos usuários sobre a importância desse tema. Desta forma fica instituído, através da presente Lei, a obrigatoriedade do reaproveitamento de água pluvial em todas as escolas integrantes da rede pública municipal da cidade de Petrópolis.

Art. 2º A implantação do sistema de reaproveitamento de água pluvial caberá ao órgão competente em parceria com a Secretaria de Educação e a comunidade escolar.

§ 1º Os projetos de construção de novas unidades escolares deverão contemplar o previsto no art. 1º desta Lei.

§ 2º Nas unidades escolares já construídas e em funcionamento, os órgãos competentes apresentarão cronograma para a adequação das instalações aos previsto nesta Lei.

Art. 3º O funcionamento do sistema de captação de água pluvial poderá ter a colaboração e a participação de todos os alunos e funcionários da rede de escolas públicas da cidade de Petrópolis para o sucesso deste projeto.

Art. 4º - São objetivos do programa de captação, armazenamento e aproveitamento de águas pluviais:

I – promover a conservação e o uso racional da água;

II – promover a qualidade ambiental;

III – promover o manejo adequado e crescente do volume das águas pluviais servidas;

IV – estimular o reuso direto planejado das águas pluviais servidas;

V - promover educação voltada para economia.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei por ato próprio.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Segundo justificativa presente na própria propositura, diante da crise hídrica observada em todo território nacional, a presente medida busca proporcionar ações definitivas para utilização racional da água pluvial, ampliando a economia desse recurso fundamental para manter a qualidade de vida dos cidadãos e de todas as atividades, principalmente as escolas públicas assim como toda unidade de educação. Além disso a inserção dessa possibilidade nos diversos órgãos públicos de educação municipal incentivará a sociedade para que se sensibilize com uma medida prática e de baixo custo, multiplicando essa atitude e atender a evolução e avanços tecnológicos no que concerne a tornar suas edificações ambientalmente responsáveis. Uma gestão inovadora e ciente da necessidade de modernizar-se de maneira sustentável, a captação da água de chuva é um recurso a ser adotado definitivamente.

II - FUNDAMENTO

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, um meio ambiente é equilibrado é direito de todos os cidadãos:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

Além disso, compete também ao município, junto da União, dos estados do distrito Federal, de acordo com o artigo 30, inciso VI, da mesma Constituição, legislar sobre medidas de proteção ao meio ambiente:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

Ademais, trata-se de assunto de interesse local, o que também compete ao município legislar sobre, conforme artigo 30, inciso I:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

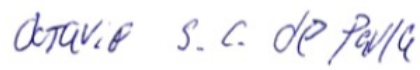
III - CONCLUSÃO / PARECER DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (vogal) manifesta-se FAVORAVELMENTE à tramitação desta indicação.

Sala das Comissões em 09 de Agosto de 2021

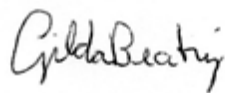


GIL MAGNO
Presidente



OCTAVIO SAMPAIO

Vice - Presidente



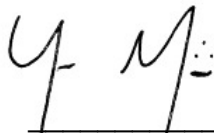
GILDA BEATRIZ

Vogal



DR. MAURO PERALTA

Vogal



YURI MOURA

Vogal